

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

LAUDO TÉCNICO

Análise Técnica da Sede da Polícia Federal no Ceará

Técnicos Responsáveis:

Marioleide de Farias Xavier

Engenheiro Químico
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-CE: 44003-D

Igor Arcanjo Chaves

Engenheiro de Teleinformática
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-CE: 53151-D

Novembro / 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria da Qualidade de Vida no Trabalho
Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

1. Introdução

O presente trabalho pericial tem por objetivo verificar a existência ou não, nas atividades ou locais de trabalho dos servidores do Departamento de Polícia Federal (DPF), de condições técnicas de Periculosidade, conforme o preconizado pela Orientação Normativa SEGEP n.º04 (ON SEGEP n.º04), de 14 de fevereiro de 2017 e pela Norma Regulamentadora n.º16 (NR-16), aprovada Portaria Ministerial n.º 3.214/78 do MTE.

Este Laudo Técnico tem como objetivo responder ao pedido de inspeção técnica feito pelo Sr. Delano Cerqueira Bunn, Superintendente Regional no Estado do Ceará do Departamento de Polícia Federal, através do ofício OF. 20/2016 de 04/03/2016, no qual solicita a avaliação ambiental e consequente expedição de laudo por profissional especializado. Este documento objetiva ainda complementar o Laudo Técnico anterior enviado, posto que foram recebidas novas informações, por meio da Informação Técnica n.º135/2016 – SETEC/SR/DPF/CE, que são de fundamentação importância para complementação do laudo.

Para obter os subsídios necessários à elaboração do presente Laudo, no dia 25/04/2016, dirigimo-nos a DPF, localizada na Av. Borges de Melo, 820 - Bairro de Fátima, CEP: 60.430-115, Fortaleza/CE.

2. DESENVOLVIMENTO DA PERÍCIA E CONDIÇÕES DE PERICULOSIDADE

2.1. Desenvolvimento da Perícia

Tendo em vista a solicitação recebida pela Universidade, dirigimo-nos à DPF para a realização da perícia técnica. Na ocasião nos reunimos com o Sr. Artur Reis, do Setor SELOG, o qual nos esclareceu que o conteúdo da solicitação se referia aos servidores que desenvolvem atividades nos 5 (cinco) prédios anexos localizados defronte ao prédio principal, do outro lado da Rua Dr. Laudelino Coelho. Após este primeiro momento, o Sr. Artur Reis nos guiou durante a visita técnica nas dependências do DPF.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria da Qualidade de Vida no Trabalho

Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Durante o desenvolvimento da perícia, constatou-se que no prédio principal há dois paióis, os quais armazenam granadas, armas, munições e etc., sendo um deles localizado no subterrâneo e o outro em sala-cofre localizada no pavimento térreo. Foi verificado, ainda, que os prédios pertencentes aos Anexos mais próximos do prédio principal distam cerca de 27 metros deste, tal como demonstrado no croqui apresentado na Figura 1.

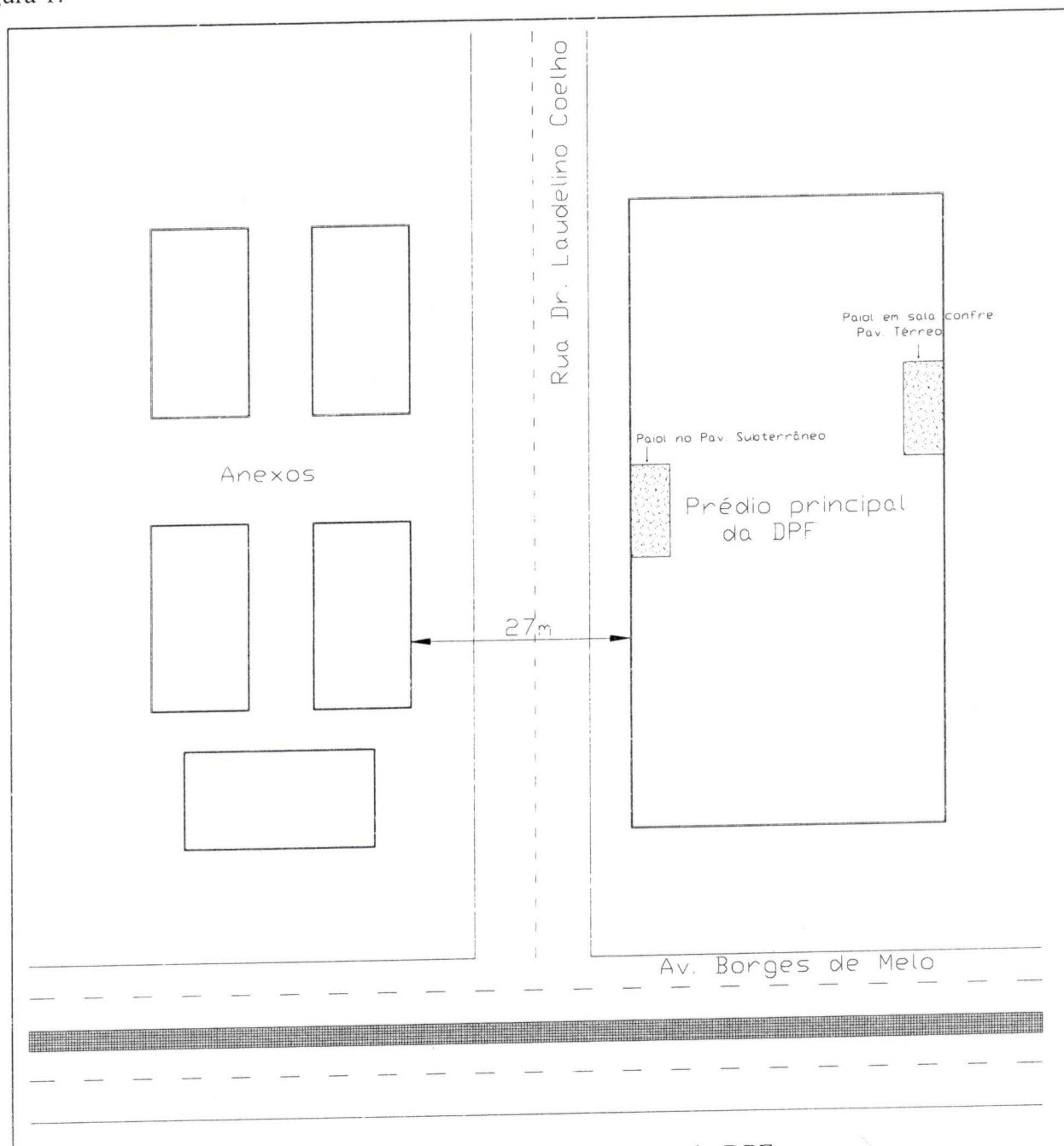


Figura 1 - Croqui das edificações do DPF



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria da Qualidade de Vida no Trabalho

Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

2.2. Análise da Periculosidade

Segundo a NR-16 e seus anexos, são consideradas atividades e operações perigosas as seguintes:

- ANEXO 1 – Atividades e operações perigosas com explosivos;
- ANEXO 2 – Atividades e operações perigosas com inflamáveis;
- ANEXO 3 – Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial;
- ANEXO 4 – Atividades e operações perigosas com energia elétrica;
- ANEXO 5 – Atividades perigosas em motocicleta;
- ANEXO (*) – Atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radiotivas.

Ressalta-se que não foi constatada nenhuma exposição a atividades ou operações perigosas descritas nos Anexos 2, 3, 4, 5 e (*) da Norma Regulamentadora nº16. Dessa forma, pode-se afirmar que não há condição técnica de periculosidade com relação a estes anexos da referida norma.

Com relação ao Anexo 1 da NR-16, como há dois paióis no local que armazenam granadas e munições, é necessário se fazer uma análise quanto as áreas de risco. Uma vez que, segundo o Item “a” do Quadro n.º1, Anexo 1 da NR-16, na atividade de armazenamento de explosivos são consideradas atividades ou operações perigosas todos os trabalhadores nessa atividade ou que permaneçam na área de risco. E de acordo com o Item 3, Anexo 1 da NR-16, são consideradas área de risco a faixa de terreno até uma distancia máxima predeterminada de acordo com a quantidade de explosivo armazenados em quilogramas e do tipo de explosivos, tal como descritos nos Quadros n.º2, 3 e 4 do Anexo 1 da NR-16.

Conforme consta na Informação Técnica n.º135/2016 – SETEC/SR/DPF/CE, há na SR o armazenamento do seguinte material explosivo:

- 50 Unidades de brinel (espoleta + tudo de choque);
- 01 unidade (50g) de booster de pentolite;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria da Qualidade de Vida no Trabalho

Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

- 06 unidades de petardo de TNT de 50g;
- Aproximadamente 235m de cordel detonante NP 10.

Fazendo a análise da NR-16, temos que, para o armazenamento de explosivos de ruptura e pólvoras mecânicas numa quantidade de até 23kg, o Quadro n.º4 do Anexo 1 da NR-16, considera como área de risco a faixa de terreno até a distância máxima de 45 metros. No tocante aos explosivos iniciadores, conforme consta no Quadro n.º3, Anexo 1 da NR-16, o armazenamento de explosivos iniciadores numa quantidade armazenada de até 20kg, possui como área de risco a faixa de terreno até uma distância máxima de 75 metros.

Quadro n.º4, do Anexo 1 da NR-16 - Locais de armazenagem de explosivos de ruptura e pólvoras mecânicos

QUANTIDADE EM QUILO		FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTANCIA MÁXIMA
	até 23	45 metros
mais de 23	até 45	75 metros
mais de 45	até 90	110 metros
mais de 90	até 135	160 metros
mais de 135	até 180	200 metros
mais de 180	até 225	220 metros
mais de 225	até 270	250 metros
mais de 270	até 300	265 metros
mais de 300	até 360	280 metros
mais de 360	até 400	300 metros
mais de 400	até 450	310 metros
mais de 450	até 680	345 metros
mais de 680	até 900	365 metros
mais de 900	até 1.300	405 metros
mais de 1.300	até 1.800	435 metros
mais de 1.800	até 2.200	460 metros
mais de 2.200	até 2.700	480 metros
mais de 2.700	até 3.100	490 metros
mais de 3.100	até 3.600	510 metros
mais de 3.600	até 4.000	520 metros
mais de 4.000	até 4.500	530 metros
mais de 4.500	até 6.800	570 metros
mais de 6.800	até 9.000	620 metros
mais de 9.000	até 11.300	660 metros
mais de 11.300	até 13.600	700 metros
mais de 13.600	até 18.100	780 metros
mais de 18.100	até 22.600	860 metros
mais de 22.600	até 34.000	1.000 metros
mais de 34.000	até 45.300	1.100 metros
mais de 45.300	até 68.000	1.150 metros
mais de 68.000	até 90.700	1.250 metros
mais de 90.700	até 113.300	1.350 metros



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria da Qualidade de Vida no Trabalho

Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Quadro n.º3, do Anexo 1 da NR-16 - Locais de armazenagem de explosivos iniciadores

QUANTIDADE ARMAZENADA EM QUILO		FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA
	até 20	75 metros
mais de 20	até 200	220 metros
mais de 200	até 900	300 metros
mais de 900	até 2.200	370 metros
mais de 2.200	até 4.500	460 metros
mais de 4.500	até 6.800	500 metros
mais de 6.800	até 9.000*	530 metros

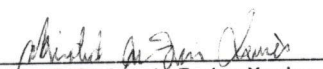
* quantidade máxima que não pode ser ultrapassada.

Vale ressaltar que de acordo com dados colhido *in loco*, os prédios Anexos distam cerca de 27 metros do paiol subterrâneo e aproximadamente 35 metros da sala cofre. Estando portanto toda a área do Prédio principal, bem como dos Anexos, dentro da área de risco preconizada pelo Anexo 1 da NR-16.

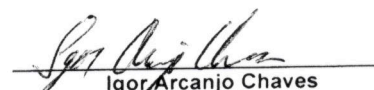
3. CONCLUSÃO

Destarte, todo exposto anteriormente, pode-se concluir que EXISTEM CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PERICULOSIDADE, para todos os servidores que laboram no prédio principal, bem como para os que laboram nos prédios Anexos.

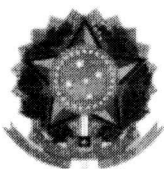
Fortaleza, 03 de novembro de 2017


MARIoleide de Farias Xavier
Eng.º de Segurança do Trabalho
CREA-CE: 44003-D

Mariroleide Farias Xavier
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-CE: 44003D | SIAPE: 2115184
Universidade Federal do Ceará


Igor Arcanjo Chaves
Eng.º de Segurança do Trabalho
CREA-CE: 53151-D

Igor Arcanjo Chaves
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-CE: 53151D | SIAPE: 2257744
Universidade Federal do Ceará



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH/SR/PF/CE

PORTARIA Nº 486/2017 - SRH/SR/PF/CE

Fortaleza/CE, 10/11/2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48, V, do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 490, de 25 de abril de 2016, publicada no DOU nº 80, Seção 1, de 28 de abril de 2016:

Considerando o que determina o Decreto no. 97.458, de 15/1/1989, que regulamenta a concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade;

Considerando o que consta do Parecer no. SR-080, de 17/1/1989, da Consultoria-Geral da República;

Considerando o que determina o art. 9o., do Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto no. 4552, de 27/12/2002;

Considerando o que preceituam os artigos 1o. e 2o. e 22 a 24 da Convenção no. 81, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto no. 95.461, de 11/12/1987;

Considerando a Orientação Normativa no. 4, de 14/01/2017, editada pela SEGEP;

Considerando o processo 08270.300358/2016-37;

RESOLVE :

I – Conceder aos servidores abaixo o ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o seu vencimento básico, a partir de 03 de novembro de 2017, em razão dos seus exercícios no prédio anexo da Superintendência de Polícia Federal no Ceará, área considerada de risco, conforme descrito no Laudo Pericial de novembro de 2017 - Avaliação de Periculosidade/Insalubridade, emitido pela Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Universidade Federal do Ceará, em 03 de novembro de 2017:

ISMAEL DUARTE LUNA, Agente Administrativo, matrícula 2152758;

JOSE CARLOS DA SILVA, Agente Administrativo, matrícula 50721;

JOSE CARLOS PIMENTEL, Agente Administrativo, matrícula 178111;

MARLENE BATISTA DA SILVA MIRANDA, Agente Administrativo, matrícula 160757;

PAULO CIRIO ARAUJO MOURÃO, Agente Administrativo, matrícula 161452.

II – Publique-se e cumpra-se.

DELANO CERQUEIRA BUNN

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da SR/PF/CE

Referência: Processo nº 08270.020735/2017-38

SEI nº 4615156